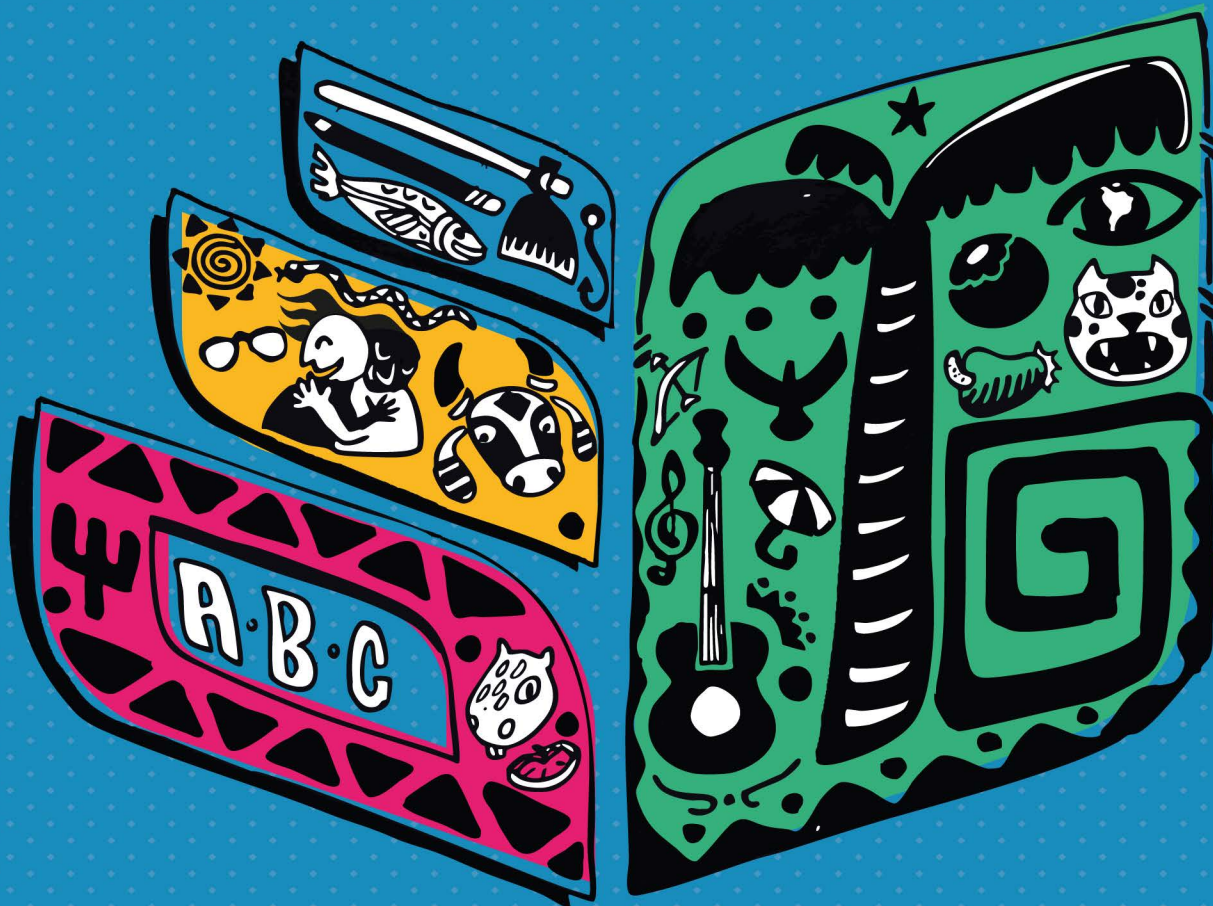




**ALFA-EJA
Brasil**



✦ **A EJA E O MUNDO DO** ✦

~ **TRABALHO** ~



**CADERNOS
TEMÁTICOS-CONCEITUAIS**

Cadernos Temáticos-Conceituais

A EJA e o Mundo do Trabalho

Antonio Almerico Biondi Lima

São Paulo,
novembro de 2025

Realização



**INSTITUTO
PAULO FREIRE**
Instituto de Educação e
Direitos Humanos Paulo Freire

Parceria



PETROBRAS

Expediente

Projeto ALFA-EJA Brasil

Realização | Instituto de Educação e Direitos Humanos Paulo Freire

Parceria | Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental

Francisca Elenir Alves | **Coordenadora Geral**

Janaina M. de Abreu | **Gerente de Comunicação e Marketing**

Ângela Biz Antunes e Paulo Roberto Padilha | **Gerentes Pedagógicos**

Moacir Gadotti | **Assessor Especial**

Site www.alfaejabrasil.org.br

Redes sociais @alfaejabrasil

Cadernos Temáticos-Conceituais

A EJA e o Mundo do Trabalho

Janaina M. de Abreu | **Coordenadora gráfico-editorial**

Antonio Almerico Biondi Lima | **Autor**

Paulo Roberto Padilha | **Revisor dos originais**

Noelly Soares e Luiz C. Zeferino | **Designers gráficos**

Marcus Vinicius Magalhães | **Produtor**

Patrícia Giuffrida | **Editadora de texto**

Izolina Rosa de Jesus | **Revisora de texto**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, Antonio Almerico Biondi
Cadernos temáticos-conceituais : A EJA e o mundo do
trabalho / Antonio Almerico Biondi Lima. --1. ed. -- São Paulo :
Instituto de Educação e Direitos Humanos Paulo Freire, 2025.

ISBN 978-65-87735-16-0

1. Educação - Finalidades e objetivos
2. Educação de adultos 3. Educação de jovens 4. Freire,
Paulo, 1921-1997 I. Título.

25-318323.0

CDD-374

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação de jovens e adultos 374

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Apresentação	5
Carta aos educadores e educadoras do ALFA-EJA Brasil	7
1. O Mundo do Trabalho e a educação emancipatória	9
1.1. O que precisamos saber?	10
1.2. Trabalho como princípio educativo	12
1.3. Trabalho e educação emancipatória	14
1.4. Como podemos fazer?	16
1.5. Sugestão de atividade: mapeando as profissões dos(as) educandos(as)	18
1.6. Sua vez, Educador(a)!	19
2. O trabalho no Norte e Nordeste	21
2.1. O que precisamos saber?	22
2.2. Organização do processo de trabalho e organização social do trabalho	24
2.3. Direito ao trabalho, ao emprego, à renda e muito mais!	26
2.4. Como podemos fazer?	27
2.5. Sugestão de atividade: “Nosso trabalho na região”	28
2.6. Sua vez, Educador(a)!	28
3. Indicação de mídias sobre o mundo do trabalho	29
4. Referências	30

Apresentação

Prezados(as) e companheiros(as) de caminhada,

Este caderno que agora chega às suas mãos nasce de uma necessidade histórica e também de uma vontade bonita: a vontade de que ninguém, em nosso país, caminhe sem o direito de ler e de escrever o mundo. Inauguramos, com ele, o primeiro de cinco Cadernos de Formação Conceitual Temática do Projeto ALFA-EJA Brasil, que se estenderá até 2027. Um processo que não é só editorial — é político, pedagógico e ético.

O título que nós sugerimos ao professor Dr. Antonio Almerico Biondi Lima era simples e direto: “A EJA e o Mundo do Trabalho”. Ele, porém, preferiu alargar as margens do rio, ampliando o horizonte para “Trabalho e Vida Social: alfabetizando e qualificando com as realidades do Mundo do Trabalho (Norte e Nordeste)”. E, de fato, o título diz do que somos feitos: de vida, de trabalho, de caminhos abertos na dureza e na esperança dos territórios.

Sempre repetimos e repetiremos quantas vezes for preciso: trabalho digno e educação são direitos, não favores. Ambos garantidos pela Constituição, ambos negados ao longo de nossa história, especialmente às populações que vivem e resistem no Norte e no Nordeste do Brasil. Quando o Estado nega o direito ao trabalho decente, ele fere a dignidade. Quando nega o direito à alfabetização — na infância ou na vida adulta — ele fere de novo. Por isso, este caderno não é neutro: ele assume um lado. E seu lado é o das professoras e dos professores que, com coragem e teimosia amorosa, transformam cada sala de aula em um pedaço de Brasil reinventado, dia após dia.

O professor Almerico nos oferece, aqui, não respostas prontas, mas perguntas que, como dizia Freire, “não querem domesticar: querem anunciar e denunciar.” Denunciar as injustiças que se materializam na precarização, na informalidade, no desemprego, no desalento. Anunciar as potências que brotam dos becos, das feiras, dos portos, das comunidades ribeirinhas, das periferias, das quebradas, dos quilombos, dos terreiros, dos assentamentos, das aldeias, dos quilombos, dos lugares onde o Brasil insiste em viver.

Ele escreve a partir da certeza de que o mundo do trabalho não é uma abstração: é a vida real das pessoas com quem trabalhamos, são suas dores, seus talentos, seus medos, suas invenções. É também o lugar onde se sofrem opressões e onde se criam forças de resistência. Por isso, este caderno marca uma posição freiriana clara: a EJA não remenda vidas; ela reconstrói dignidades. A EJA não compensa; ela emancipa. A EJA não salva sozinha; ela convoca para a luta.

Nas páginas que seguem, há um convite — um chamado — para que sigamos teimando. Teimando com doçura e com a justa ira, nossa e de Paulo Freire. Teimando com esperança que se move, que não espera sentada. Teimando com ações-reflexões-ações, com cada educando e educanda.

Este caderno se oferece como ferramenta de luta, como chão de diálogo, como companhia para quem ensina e aprende nos territórios onde a vida pulsa com mais força e também com mais desafios. É material para estudar, mas é também material para sonhar e para agir, para seguir rompendo a cerca das desigualdades e afirmando, no cotidiano, que cada pessoa tem direito a um trabalho digno, a uma vida bonita e à leitura plena do mundo.

Este caderno não é apenas material de estudo. É um instrumento de luta. É parte de uma política de combate às desigualdades. É uma aposta na educação popular, na potência dos territórios e no direito de cada pessoa de aprender, trabalhar, criar e transformar o mundo. E anuncia, desde já, o horizonte dos outros quatro cadernos que compõem esta coleção temática do ALFA-EJA Brasil — cada um deles aprofundando dimensões essenciais da formação, da prática e da vida das educandas e dos educandos, fortalecendo, semestre a semestre, a construção de uma EJA comprometida com justiça social, emancipação e dignidade.

Que este caderno fortaleça nossas mãos e nossos passos. Que acenda perguntas novas. Que nos lembre que da exploração pode nascer resistência, e da resistência pode nascer transformação.

E que siga conosco a certeza freiriana de que educar é sempre um ato político de amor, um gesto de compromisso com a vida, um sopro de coragem contra a desesperança que tantas vezes nos ronda. Sigamos, com ternura e radicalidade, fazendo da EJA um território de dignidade, luta e reexistências.

Comitê Editorial do ALFA-EJA Brasil

Carta aos educadores e às educadoras do ALFA-EJA Brasil

Caras educadoras e caros educadores,

Escrevo esta carta movido pela alegria e gratidão de participar mais uma vez de um projeto de educação emancipatória, ainda mais voltado para o Norte e o Nordeste.

Minha vida pessoal e de trabalho sempre esteve ligada a estas duas regiões, seja por nascimento e formação como operário e, posteriormente, como pedagogo e professor universitário na Bahia, seja como militante da educação popular e sindical em projetos como o Vento Norte, Flor de Mandacaru, Semear e Trabalho Doméstico Cidadão ou ainda como gestor público nacional e estadual de qualificação e educação profissional. Assim, me considero “bi-regional”, nordestino de nascimento e amazônico por adoção.

Esta trajetória me fez “rodar” pelo Brasil por três vezes e uma convicção se firmou: apesar do preconceito “colonial” sul-sudestino, é muito mais provável encontrar inovações pedagógicas emancipatórias nos lugares menos valorizados, com menos recursos. E é esta esperança que me alegra: reencontrar, ainda que de forma remota, a veia educacional que pulsa nas terras do Norte e Nordeste.

Estamos prestes a iniciar e aprender juntos sobre Trabalho e Vida: alfabetizando com a realidade do Mundo do Trabalho (Norte e Nordeste) e quero partilhar algumas reflexões que nascem do chão que pisamos, das lutas que travamos e das esperanças que nos movem.

O mestre Paulo Freire nos ensina que alfabetizar não é decifrar letras, mas ler o mundo. E o mundo dos nossos educandos e nossas educandas é tecido pelo trabalho – trabalho na imensa maioria das vezes explorado, mas que também é resistência; trabalho que cansa o corpo, mas que não cala a voz.

Nosso desafio, como educadores e educadoras é, ao não aceitar uma alfabetização que reproduza cartilhas prontas, ter muita criatividade para que a realidade do Norte e Nordeste não seja vista como um problema a ser corrigido, e sim uma história a ser contada e superada.

Nosso papel é contribuir para os(as) educandos(as) nomeiem seu mundo, escrevam sua própria história, ao descobrir que as palavras “direito”, “justiça” e “organização” também lhes pertencem.

Assim, vamos: partir da realidade concreta; problematizar as contradições do trabalho; anunciar possibilidades de mudança. Não se trata de “dar voz” aos(as) educandos(as) — porque eles(as) já têm voz. Trata-se de criar condições para que essa voz ecoe com força, para que seja ouvida, para que transforme. A alfabetização que buscamos não é a que adapta o oprimido ao mundo, mas a que o ajuda a transformar o mundo.

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”. E os saberes dos trabalhadores e das trabalhadoras do Norte e Nordeste têm muito a nos ensinar.

Sigamos no caminho da educação crítica e libertadora!

Saudações Educacionais

Antonio Almerico Biondi Lima





UNIDADE 1

*O mundo do trabalho e a
educação emancipatória*



1.1. O que precisamos saber?

Trabalho, trabalhos, trabalhadores(as)

Toda riqueza material e imaterial resulta do trabalho humano que transforma recursos naturais e culturais em bens capazes de satisfazer as necessidades humanas, tanto as vitais como as sociais. Esta atividade produtiva transcende sua dimensão econômica, gerando uma vasta e complexa teia de relações sociais e culturais que constituem o que chamamos de “Mundo do Trabalho”.

Estes bens se tornam mercadorias quando, além do seu valor de uso (utilidade concreta), adquirem valor de troca (capacidade de ser trocada por outras mercadorias). A força de trabalho, vista como “mercadoria capaz de produzir mercadorias” (daí a expressão “mercado de trabalho”), também tem um valor de troca: o salário.

Contudo, há uma contradição fundamental: o valor pago ao trabalhador(a) sempre será menor que o valor total por ele(a) produzido ou adicionado, gerando a mais-valia, que é apropriada pelo capitalista.

Estes valores de uso e de troca se transformam, historicamente, influenciados por relações sociais e formas de discriminação (gênero, etnia, etárias, entre outras) que afetam o valor de troca do trabalho. As capacidades laborais englobam tanto habilidades técnicas, quanto consciência crítica e organização coletiva, e a educação pode desempenhar papel crucial, desenvolvendo tanto capacidades e habilidades produtivas, quanto a compreensão (ou o obscurecimento) das relações de exploração.

A técnica, enquanto extensão do trabalho humano, não é neutra: suas inovações podem tanto manter a alienação do(a) trabalhador(a) em relação ao produto, quanto servir como instrumento de emancipação. Assim, o desenvolvimento tecnológico representa um campo de luta, onde se definem os graus de autonomia ou dominação no processo produtivo.

A articulação destes elementos demonstra o caráter ontológico - formador do ser e das relações sociais - e o caráter histórico do trabalho. O trabalho constitui a dimensão ontológica primordial que diferencia o ser humano dos animais, enquanto ser social e histórico. Na perspectiva marxiana (e na freiriana), o trabalho é o ato criador por meio do qual homens e mulheres transformam a natureza e, nesse processo, constroem sua própria humanidade. Esta atividade produtiva não se reduz à sobrevivência biológica, mas representa o processo contínuo de humanização do mundo e do próprio ser humano — é na práxis que se desenvolve a linguagem, a consciência e a cultura.

Historicamente, porém, a essência humanizadora do trabalho está em contradição com as formas concretas de existência nas sociedades de classes. No contexto brasileiro, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, essa contradição assume contornos dramáticos e se manifesta de formas particulares, mesmo quando se fala de economia criativa, digital ou verde.

Assim o trabalho se transmuta, indo de um passado que insiste em permanecer (a exemplo do trabalho exploratório nos canaviais, da economia extrativista tradicional e das relações patriarcais no campo) para um presente “novo” (do trabalho nas maquiladoras e plataformas digitais, nos novos arranjos produtivos da bioeconomia e a feminização do trabalho precário), porém submetido à mesma exploração. A convivência do “arcaico” com os “empregos do futuro” se demonstra pela existência, em pleno século 21, do trabalho análogo à escravidão e do trabalho infantil.



Importante ressaltar a onipresença (no campo e na cidade) do trabalho doméstico não remunerado, base da economia de cuidados, exercido principalmente por mulheres, essencial para a reprodução da vida, mas oculto, subestimado e desvalorizado.

Esta abordagem revela o trabalho como categoria fundamental para compreender três elementos estruturantes interligados:

- A formação social brasileira, com suas raízes coloniais e estruturas de desigualdade;
- As particularidades regionais do desenvolvimento desigual, especialmente marcantes nas realidades do Norte e Nordeste;
- As possibilidades de emancipação que emergem por meio do desenvolvimento da consciência de classe entre os trabalhadores e as trabalhadoras.

Outra categoria que contribui para o entendimento destas questões é a de território, porque o trabalho se materializa em um espaço historicamente determinado. Na visão de Milton Santos (1926–2001), um dos mais importantes geógrafos brasileiros – nascido na Bahia e pensador dos mais influentes da geografia crítica em todo o mundo – o território é um “espaço com história”, onde a natureza e a sociedade constroem teias de relações e onde a epopeia humana se desenrola.

David Harvey (1935–), geógrafo e teórico social marxista britânico, acrescenta que compreender a história do território, enquanto parte fundamental da expansão e da acumulação capitalista, é entender como seu desenvolvimento se deu, está se dando e o que poderá acontecer, caso não haja maior participação popular. Tais entendimentos ajudam a população a se antecipar, se opor e contrapor alternativas, por exemplo, que garantam trabalho decente e justiça climática, com atenção efetiva às questões sociais e ambientais. Em resumo, trabalho e território estão entrelaçados: são espaços de luta e esperança.

O que é Dimensão Ontológica?

- A herança colonial que transformou o trabalho em instrumento de dominação.
- As formas contemporâneas de superexploração na periferia do capitalismo.
- As resistências e recriações culturais dos(as) trabalhadores(as).

O que é Dimensão Histórica?

- O trabalho como mediação essencial entre o ser humano e a natureza.
- A atividade laboral como processo de objetivação da subjetividade humana.
- A construção da identidade individual e coletiva por meio do fazer produtivo.

A compreensão das dimensões ontológicas e históricas exige dos educadores e das educadoras populares um conjunto de capacidades analíticas e pedagógicas, visando à necessária superação tanto do economicismo reducionista quanto o do idealismo abstrato, permitindo-nos apreender a complexidade das relações sociais. Além disso, é necessário desenvolver a capacidade de relacionar as formas concretas do trabalho local - como as atividades nos canaviais e seringaais, nas fábricas ou na economia informal - com suas determinações históricas mais amplas, vinculando o cotidiano dos(as) educandos(as) aos processos sociais estruturais.

Por fim, o entendimento do Mundo do Trabalho como campo permanente de luta entre alienação e libertação, onde se manifestam tanto as formas de domínio quanto as possibilidades de resistência e emancipação.

1.2. Trabalho como princípio educativo

Compreender o trabalho em sua dimensão ontológica exige reconhecer seu caráter epistemológico, ou seja, conceber o trabalho enquanto construtor de conhecimentos dos(as) trabalhadores(as) sobre a natureza, o objeto e o processo de trabalho, sobre si mesmo e sobre as relações de trabalho.

Na prática cotidiana do trabalho, saberes são permanentemente utilizados, produzidos e recriados individual e coletivamente, articulando reflexão teórica e experiência concreta. Esta abordagem questiona os modelos hegemônicos de produção do conhecimento, incorporando saberes tradicionais, locais e informais, ao mesmo tempo em que revela o processo histórico de expropriação dos saberes dos(as) trabalhadores(as), posteriormente devolvidos de forma distorcida por meio de conhecimentos oficiais reduzidos e ideologizados, a serviço da manutenção das estruturas dominantes.

Então se pode afirmar que o trabalho é um princípio educativo, na medida que, partindo dele - a realidade concreta vivenciada pelo(a) trabalhador(a) - podem ser feitas reflexões que levem a novos conhecimentos sobre o próprio trabalho, sobre as pessoas que trabalham e as relações que se estabelecem a partir deles. Tais conhecimentos podem ser utilizados como guias para transformar as relações desfavoráveis às classes trabalhadoras.

O conceito de qualificação comporta múltiplas significações, frequentemente reduzidas nos discursos à educação profissional. Na visão simplificada de “qualificação profissional”, presente tanto no senso comum quanto nos discursos de governantes e gestores(as) de políticas públicas, oculta os conflitos sociais subjacentes, manifestos na construção de hierarquias ocupacionais, nas disputas em torno das classificações das profissões e nas políticas educacionais, que determinam quais saberes práticos serão reconhecidos e validados institucionalmente.

Na perspectiva crítica, a qualificação transcende a simples descrição de competências técnicas, exigindo a análise das intenções políticas que orientam a formação dos(as) trabalhadores(as).

Mais do que um conjunto de atributos individuais, a qualificação se configura como construção social complexa e contraditória, mediando as relações entre trabalho e educação, ao mesmo tempo em que organiza a produção e a circulação de conhecimentos, valores culturais e identidades profissionais no âmbito do processo produtivo.

Ela se constitui, principalmente, nos espaços de trabalho concretos, por meio das interações entre a cultura e ética dos(as) trabalhadores(as) e da cultura empresarial, onde os conhecimentos preconizados nos manuais são socializados e impostos como “verdade”. Neste processo, a técnica é insuficiente, pois as relações de trabalho são permanentemente permeadas por conflitos entre o controle patronal e a resistência de trabalhadores e trabalhadoras.

O atual contexto de reestruturação produtiva apresenta, como as anteriores, contradições insuperáveis: ao mesmo tempo em que se ampliam as exigências de qualificação e a apropriação dos saberes construídos, intensifica-se a precarização das relações trabalhistas, com a flexibilização contratual, que destroem conquistas históricas dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Neste cenário, noções como “competências”, “empregabilidade” e “empreendedorismo” ganham força no discurso oficial, ocultando relações de exploração sob uma roupagem meritocrática. O modelo hegemônico privilegia a formação de competências adaptativas - cognitivas, técnicas e socioemocionais - e o aprendizado permanente, utilizando a mediação tecnológica como instrumento de controle do processo de trabalho e, por conseguinte, controle dos corpos e mentes dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Sistemas de produção como o toyotismo exigem trabalhadores(as) polivalentes com formação superficial, em oposição ao projeto de educação integral e politécnica, que tem como pressuposto a superação das cisões históricas entre trabalho manual e intelectual e entre a formação geral e a profissional.

Em contraposição, os setores não hegemônicos defendem uma educação integral, que possibilite aos trabalhadores e às trabalhadoras compreenderem as dinâmicas mais amplas do Mundo do Trabalho e da sociedade, ao invés de atender apenas às demandas imediatistas do mercado de trabalho. Enquanto as elites empresariais promovem reformas educacionais flexíveis e alinhadas aos seus interesses, as concepções críticas de educação e de qualificação mantêm sua relevância ao expor as contradições do sistema e preparar as classes trabalhadoras para intervir nas disputas pela hegemonia na educação.

Os povos originários (indígenas) e os povos escravizados (negros) são portadores de conhecimentos ancestrais, sem os quais não poderiam sobreviver nas florestas brasileiras ou na diversidade de regiões da África. Tais conhecimentos e saberes em muito ajudaram os colonizadores, que ergueram, todavia, um muro de preconceito, como se apenas os conhecimentos europeus fossem válidos. Isto perdura até hoje, embora a própria ciência ocidental já tenha comprovado, entre muitos outros casos, os princípios ativos de diversas plantas medicinais tradicionais, que eram desprezadas como “crendices”.

No Polo Petroquímico de Camaçari, processos de produção licenciados por empresas multinacionais foram otimizadas em 150%, surpreendendo até os “donos” da tecnologia. As feiras de ciência, tecnologia e educação profissional têm revelado diversas tecnologias sociais adequadas à diversidade ambiental dos biomas brasileiros, resolvendo problemas concretos e sendo cedidas, gratuitamente, para as populações vulneráveis. Em diversas fábricas autogestionadas, a produção não foi só retomada, mas novos produtos foram criados, a partir do conhecimento do coletivo de operários(as).

As filosofias de origem africana ressaltam a importância do trabalho em relação à comunidade, ao tempo que o mutirão indígena tem na cooperação o seu fundamento. Estas concepções se opõem à competição, concorrência e meritocracia capitalista e dialogam com o preconizado nas experiências de economia solidária. Estas abordagens ampliam e reforçam a perspectiva epistemológica do trabalho nos processos educativos.

O princípio educativo do trabalho manifesta-se pela:

- Produção contínua de saberes, por meio das práticas;
- Dialética teoria-prática;
- Formação de identidades coletivas;
- Resistência às formas alienadas de produção do conhecimento.

A qualificação profissional é um campo de disputa que envolve:

- Hierarquias laborais e classificações ocupacionais;
- Políticas educacionais de qualificação e de certificação profissionais;
- Conflito entre formação para os postos de trabalho para o mercado com a formação politécnica de caráter emancipatório.

Contradições da reestruturação produtiva contemporânea:

- Aumento da demanda por qualificação;
- Precarização das relações trabalhistas;
- Disseminação de conceitos ideológicos como “competências”, “empregabilidade” e “empreendedorismo”.

O trabalho constitui uma fonte fundamental de conhecimento, pois, por meio da prática no trabalho, os indivíduos interagem com a realidade material e social, desenvolvendo saberes empíricos e habilidades concretas. No cotidiano do trabalho – seja na fábrica, escola, lavoura ou em outros espaços – os(as) trabalhadores(as) constroem e adquirem conhecimentos tácitos mediante a execução de tarefas, a solução de problemas e a troca de experiências com “companheiros(as) de trampo” (colegas de trabalho), estabelecendo uma relação dialética entre teoria e prática que constantemente produz e transforma os saberes e os conhecimentos.

Esta produção de conhecimento no âmbito do trabalho configura o que podemos chamar de “outras epistemologias” que se opõem aos modelos hegemônicos de produção do conhecimento. Tais epistemologias, que integram conhecimentos formais e saberes práticos, informais e ancestrais, adquiridas em diferentes momentos da vida do(a) trabalhador(a), desempenham papel crucial na formação de identidades coletivas e na construção de ações transformadoras, representando um contraponto aos processos dominantes de apropriação do conhecimento.

1.3. Trabalho e educação emancipatória

O trabalho, em sua multidimensionalidade, contribui fortemente para a criação de identidades, sobretudo entre os grupos subalternos. Estes grupos englobam não apenas as classes trabalhadoras (operários, camponeses, trabalhadores e trabalhadoras em serviços privados e públicos) e seus filhos e filhas, como inclui povos originários e comunidades tradicionais. Em outras palavras: as pessoas que vivem do seu próprio trabalho e suas famílias.

As classes dominantes concentram em suas mãos os meios de produção – terras, fábricas, tecnologias e capitais – enquanto, à classe trabalhadora resta apenas sua força de trabalho como mercadoria a ser vendida. Mesmo nas experiências de economia solidária ou produção familiar, onde aparentemente se rompe com a exploração direta no processo produtivo, mantém-se a subordinação nos circuitos de comercialização e distribuição, demonstrando como o sistema submete formas alternativas de produção à lógica do capital.

A relação desigual entre trabalhadores(as) e capitalistas configura a subordinação econômica: o trabalho coletivo gera riquezas que são apropriadas privadamente por uma minoria.

Os grupos subalternos incluem também todas aquelas pessoas submetidas a múltiplas formas de opressão: de gênero, étnico-raciais, geracionais, de origem, em relação às deficiências, orientação sexual, entre tantas outras.

Estas formas de opressão se expressam sob muitas formas, sendo as mais presentes o preconceito e a discriminação. Neste sentido, as mulheres sofrem o machismo e a misoginia; as pessoas negras, indígenas e de outras etnias (como o povo cigano) sofrem o racismo; os(as) jovens e idosos(as) são vítimas do etarismo; os(as) imigrantes do Norte e Nordeste, ou do campo para as cidades são discriminados(as) como inferiores; as pessoas com deficiência sofrem o preconceito do capacitismo e a população LGBTQIAPN+ com a homofobia e a transfobia.

Também há o preconceito em relação às pessoas do campo e das pequenas cidades em relação à escolarização, sendo as pessoas não alfabetizadas as mais discriminadas. Ao final, trata-se de formas de preconceito quanto à classe social e à condição de oprimidos(as), de subalternos(as).

Como bem define o professor Moacir Gadotti, “emancipar-se” representa romper com jugos opressivos, alcançando plena autonomia, voz e participação efetiva. Em contraponto, a subalternidade configura a condição de sujeitos e coletividades submetidos a relações de poder assimétricas, destituídos de representação e capacidade de autodeterminação.

Nesta linha de pensamento, o processo emancipatório não pode se limitar à esfera econômica. A educação e a cultura, tradicionalmente utilizadas como instrumentos de manutenção da subalternidade – seja por meio da disseminação de ideologias dominantes, seja pela negação de saberes populares – podem ser ressignificadas como ferramentas de libertação. Quando conhecimentos e técnicas, que pertencem a toda humanidade, são apropriados criticamente pelos grupos subalternos, transformam-se em poderosos meios para desvendar as estruturas de dominação.

Esta inversão de perspectiva permite que trabalhadores e trabalhadoras compreendam sua posição no tecido social, identifiquem seus reais interesses e construam estratégias eficazes de luta e transformação social. Em outras palavras, desenvolvam consciência de classe e em relação a outras questões (como gênero, etnia, orientação sexual etc.) e construam formas de organização coletiva.

A emancipação compreende a conquista da liberdade e igualdade substantivas por indivíduos e grupos sociais, nos âmbitos econômico, social, cultural e político.

Desde a Revolução Francesa, a noção de direitos individuais ganhou força, porém de forma restrita e excludente, contemplando homens brancos proprietários. Até recentemente, pessoas sem propriedade da terra, mulheres e pessoas não alfabetizadas não podiam votar! Esta limitação histórica evidencia a crucial distinção entre emancipação política – relativa ao reconhecimento jurídico-formal pelo Estado – e emancipação humana, que implica a superação das condições materiais de opressão e alienação.

A trajetória dos grupos subalternos, embora marcada pela pulverização e paradoxos, apresenta inúmeros exemplos de resistência e construção de projetos alternativos de sociedade. A dominação hegemônica nunca é total: o muro da opressão apresenta muitas frestas, que podem ser aproveitadas para avanços transformadores.

Como estão integrados(as) ao sistema de forma subordinada, os(as) subalternos(as), frequentemente, não reconhecem ou aceitam a necessidade da emancipação. Antes disso, a rejeitam, e legitimam a opressão, considerando que a condição subalterna é “eterna” e imutável, fruto da decisão ser superior. Isto exige processos contínuos de construção de consciência crítica e organização coletiva.

Embora possam existir pessoas, particularmente dentre os(as) intelectuais, que se engajem nas causas subalternas, e toda ajuda seja bem-vinda, isto não significa que tais grupos precisem de um “salvador” ou “herói” externo. A libertação da opressão será por ação direta das próprias pessoas oprimidas.

As lutas e conquistas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão e Piauí; dos pescadores artesanais no litoral nordestino; dos seringueiros do Acre, do movimento dos sem-terra; das trabalhadoras domésticas no nordeste urbano; do movimento de agricultores e agricultoras familiares do semiárido e do movimento sindical são exemplos de resistência e esperança.

Emancipação X subalternidade

- Liberdade, igualdade e autonomia plena X opressão econômica, social e cultural e política;
- Subordinação econômica (apropriação privada da riqueza coletiva) e social, cultural e política;
- Emancipação política (direitos formais) e humana (superação da subordinação material, social e cultural);
- Grupos subalternos: trabalhadores(as) urbanos(as) e rurais, povos originários, mulheres, pessoas negras e indígenas, jovens e idosos(as), pessoas LGBTQIAPN+, pessoas com deficiência etc.

Resistência, educação e cultura

- Fragmentação histórica das lutas e ações coletivas X projetos comuns de sociedade para construção de autonomia e hegemonia;
- Educação, cultura e técnica: instrumentos de manutenção da subalternidade ou ferramentas de emancipação?
- Aproveitamento das contradições do sistema hegemônico;
- Educação crítica como via para consciência social e organização política, incluindo domínio do processo produtivo e circulação de mercadorias.

Os grupos subalternos são sujeitos impedidos de usufruir plenamente dos frutos de seu trabalho e de participar ativamente na construção de sua história. Em decorrência das opressões, lutam por sua emancipação. Esta compreensão das dinâmicas das lutas sociais através da história e seus desdobramentos em conquistas de direitos e políticas públicas é conteúdo essencial em uma educação emancipatória.

A educação emancipatória surge assim como eixo fundamental para o desenvolvimento de consciência de classe e da capacidade de intervenção social transformadora. E contribuindo para formar, dentre as pessoas dos grupos subalternos, o que Antonio Gramsci denominou “intelectuais orgânicos”, capazes de multiplicar temporal e espacialmente os efeitos da educação emancipadora.

1.4. Como podemos fazer?

1. Por que partir das realidades dos(as) educandos(as)?

A educação de jovens, adultos(as) e idosos(as) deve, necessariamente, ser construída a partir das experiências concretas dos educandos e das educandas, pois é através de seu universo sociocultural que o conhecimento ganha significado. Essa abordagem respeita os conhecimentos prévios dos(as) educandos(as) e os(as) reconhece como sujeitos de saber, não meros(as) receptores(as) passivos(as).

No contexto da alfabetização, como nos ensinou o mestre Paulo Freire, ignorar a realidade

do Mundo do Trabalho vivido pelos(as) estudantes significa reproduzir uma educação bancária, que deposita conteúdos desvinculados da vida cotidiana. Quando tomamos como ponto de partida os saberes e as práticas dos(as) educandos(as) – sejam eles operários(as), agricultores(as), artesãos(ãs), trabalhadores(as) informais ou domésticos(as) – estabelecemos uma conexão entre aprendizagem e realidade, tornando o processo educativo significativo e transformador.

2. O trabalho como eixo gerador de aprendizagem

O tema trabalho oferece um eixo privilegiado para a alfabetização, pois sua multidimensionalidade articula o individual e o coletivo, o privado e o público, a objetividade e a subjetividade da existência humana.

Desde escrever o próprio nome e a profissão, se orgulhando dela, até reflexões complexas sobre direitos trabalhistas e organização coletiva, o trabalho permite construir pontes entre a prática cotidiana e o conhecimento formal. Ao problematizar as condições trabalhistas dos(as) educandos(as), podemos desenvolver habilidades de leitura e escrita contextualizadas, ao mesmo tempo que fomentamos consciência crítica sobre sua realidade social. O trabalho, nesta perspectiva, não é um tema transversal, mas o fundamento para uma educação libertadora que une alfabetização e formação cidadã.

3. Do tripalium à poíesis, ao ubuntu e ao moty'rõ

A etimologia da palavra “trabalho” remete ao “tripalium”, instrumento de tortura romano, revelando como historicamente o fazer prático foi associado ao sofrimento e à coerção. Já o conceito grego de “poiésis” (criação) nos lembra a dimensão criativa e transformadora do trabalho humano. Entretanto, ao associar trabalho, criação e vida em coletividade a partir do conceito “ubuntu” (“sou, porque nós somos”) dos povos africanos bantu, e o “moty'rõ” (trabalho coletivo e mutirão) do tupi-guarani, podemos ampliar as reflexões sobre o significado do trabalho que temos para o trabalho que queremos.

Na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), essa reflexão permite ressignificar a experiência de trabalho dos(as) educandos(as), valorizando seus saberes práticos e ajudando-os(as) a compreender como suas atividades, mesmo em condições precárias, contêm elementos de criatividade e transformação da realidade. Essa abordagem contribui para superar a visão do trabalho como mera obrigação, contribuindo para se reconhecerem como produtores de cultura e conhecimento.

1.5. Sugestão de atividade: mapeando as profissões dos(as) educandos(as)

Uma proposta para a sala de aula é a construção coletiva de um “mapa das profissões” da turma. Nesta atividade, educandos e da educadora podem:

- Registrar, oralmente ou por escrito (com ajuda do educador e educadora quando necessário), suas ocupações principais;
- Agrupar, coletivamente, essas atividades por setores (agricultura, serviços, comércio etc.);
- Pesquisar para casa: quais as ocupações de meus pais, minhas mães, meus avós, minha família?
- Refletir sobre quais conhecimentos são necessários para cada trabalho;
- Discutir as condições em que essas atividades são realizadas.

Essa proposta permite trabalhar diversos conteúdos: escrita de palavras relacionadas ao trabalho, operações matemáticas básicas (contagem, soma), além de ser ponto de partida de discussões sobre valor social das diferentes profissões e do pertencimento ancestral à classe trabalhadora.

O “mapa de profissões” resultante pode ser um painel coletivo sempre revisitado (para lembrar ou atualizar) ou um pequeno livro da turma, fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorização das experiências dos(as) educandos(as).

1.6. Sua vez, educador(a)!

Como você adaptaria essas propostas para a realidade local? Que outros exemplos regionais e locais poderiam ser trabalhados?

Sugestões para você!

1. Acolha cada pessoa, lembrando que ela é única, formada por experiências de vida e trabalho, portadora de saberes e sujeito de direitos.
2. Valorize o esforço de cada pessoa em estar ali, muitas vezes após uma extenuante jornada de trabalho, e tente entender o que a motiva e o que pode dificultar sua permanência.
3. Nunca menospreze a inteligência e a sabedoria popular, nem infantilize conteúdos e metodologias.
4. Tenha sempre à mão um “caderno de campo”, onde colocará suas anotações sobre a turma educanda (em geral e no coletivo).
5. Procure escutar (e registrar, sempre que possível) as histórias de cada educando e educanda.
6. Identifique e registre dificuldades de aprendizagem coletiva e individualmente, e nunca culpe os educandos e as educandas por elas.
7. Faça e registre uma reflexão crítica sobre o processo (elaboração, execução, aprendizagem) a cada aula realizada.
8. Não se sinta sozinho(a)! Procure ajuda (inclusive da turma educanda) sempre que se deparar com dificuldades de conteúdo, metodologia e/ou convivência.
9. Nenhuma pessoa a menos! Procure saber a razão de ausência(s) e aja, antes que se transforme em abandono.
10. Cuide de você, dos educandos e das educandas, com respeito e amorosidade.
11. Lembre-se que você é da classe trabalhadora e que está do lado das pessoas subalternas.
12. Sistematize sua prática e vivências e conte para o mundo o que aconteceu com as pessoas e com você mesmo(a), ao fim desta etapa.



UNIDADE 2

*O trabalho no
Norte e no Nordeste*



2.1. O que precisamos saber?

Trabalho no Norte e Nordeste

As regiões Norte e Nordeste do Brasil apresentam particularidades históricas e estruturais profundamente enraizadas, que configuram um cenário socioeconômico distinto do restante do país. Essas particularidades se formaram a partir dos processos coloniais de ocupação territorial e exploração econômica, que deixaram marcas duradouras na estrutura do trabalho regional. Enquanto outras regiões brasileiras passaram por processos mais intensos de industrialização e modernização, o Norte e o Nordeste mantiveram características peculiares que combinam heranças do passado com adaptações ao capitalismo contemporâneo.

Apesar de cerca de 80% da população das duas regiões morarem em cidades (de acordo com o Censo do IBGE de 2022) e o setor de serviços seja, de longe, o maior percentual do PIB da maioria dos estados, estas regiões são percebidas pelo imaginário popular como “rurais” e “atrasadas”.

A floresta e a seca são as imagens que vêm à mente quando se fala de Norte e Nordeste. Entretanto, este Brasil profundo, cheio de possibilidades, está sendo “aproveitado” pelo capitalismo, mas não pelo seu povo.

Se persistem situações extremas de exploração, como o trabalho em condições análogas à escravidão e o trabalho infantil em fazendas de cana-de-açúcar ou carvoarias, por outro lado surgiram modernos complexos industriais. Muitas vezes, apesar da tecnologia avançada, mantêm relações trabalhistas precarizadas, com terceirizações, jornadas exaustivas e limitações à organização sindical. Essa dualidade entre arcaico e moderno é uma das marcas distintivas do mundo do trabalho nas duas regiões.

Os exemplos se multiplicam: no Vale do São Francisco, um importante polo de fruticultura irrigada para exportação, gera empregos, mas também concentração de terras e uso intensivo de recursos hídricos. A indústria têxtil cearense prospera, mas, frequentemente, às custas de baixos salários e condições de trabalho precárias, especialmente para mulheres. Nos lixões urbanos, crianças e pessoas idosas trabalham incessantemente. Já o turismo no litoral, embora importante gerador de renda, é marcado pela sazonalidade e informalidade, deixando trabalhadores(as) em situação de vulnerabilidade durante a baixa temporada.

A coleta de açaí e a mineração de ferro no Pará, a extração de castanha no Acre e a exploração madeireira em Rondônia são exemplos de atividades que geram renda, mas, frequentemente, em condições que desrespeitam direitos trabalhistas e ambientais. A isto se soma às atividades ilegais, como a mineração predatória (como a do ouro) e o desmatamento indiscriminado. Essas práticas entram em constante conflito com os modos de vida dos povos originários e das comunidades tradicionais, cujos territórios e recursos naturais são pressionados por interesses econômicos maiores.

Em ambas as regiões, a precarização do trabalho assume formas específicas nas áreas urbanas, manifesta-se por meio do crescimento do trabalho informal – camelôs, motoristas e entregadores por aplicativo, diaristas – que garantem a sobrevivência de milhões de famílias sem qualquer proteção social.

Tudo isto cria um cenário complexo para a atuação dos(as) educadores(as). A migração periódica entre campo e cidade, a terceirização em cadeias produtivas globais e a resistência de comunidades tradicionais são realidades que exigem abordagens educacionais sensíveis às particularidades locais. O desafio é alfabetizar considerando essas múltiplas dimensões do trabalho regional.

Particularidades históricas e estruturais

- Herança colonial na organização do trabalho;
- Combinação singular de arcaísmos e modernidade;
- Predomínio de empregos precários e informais;
- Resistência dos povos originários, das populações tradicionais (ribeirinhas e quilombolas); de agricultores(as) familiares, movimentos sociais e sindical urbano.

Economia no Norte e Nordeste

- Predominância de serviços;
- Indústria moderna;
- Agronegócio e agricultura familiar;
- Extrativismo vegetal e mineral.

Formas de precarização do trabalho e problemas socioambientais

- Trabalho informal urbano;
- Relações semi escravistas rurais;
- Migração sazonal e trabalho infantil;
- Conflitos com povos tradicionais;
- Desmatamento indiscriminado dos biomas da mata atlântica, da caatinga e amazônico;
- Esgotamento de recursos hídricos.

Essa realidade tão diversa exige dos(as) educadores(as) de EJA uma abordagem pedagógica contextualizada e crítica. Não se trata apenas de adaptar conteúdos às realidades locais, mas de utilizar o mundo do trabalho vivenciado pelos(as) educandos(as) como ponto de partida para a construção do conhecimento. A alfabetização deve ajudar a decifrar não apenas as palavras, mas também as relações de poder e exploração presentes no cotidiano do trabalho.

Isso significa reconhecer tanto as formas de opressão quanto as estratégias de resistência e sobrevivência desenvolvidas pelos(as) trabalhadores(as). A educação assim concebida deixa de ser abstrata e se transforma em ferramenta concreta de emancipação.

2.2. Organização do processo de trabalho e organização social do trabalho

O processo de trabalho refere-se à forma como as atividades são estruturadas no local de trabalho, incluindo a divisão de tarefas (trabalho manual e intelectual, produção, manutenção etc.), o uso de ferramentas e tecnologias – que está vinculado ao nível de qualificação do(a) trabalhador(a), e as relações de poder, ou seja, a hierarquia que mantém o ambiente produtivo e sob controle.

No capitalismo, em particular nos locais onde predomina o trabalho assalariado, os processos de trabalho tendem a ser parcializados, com a maior parte da força de trabalho executando trabalhos manuais que exigem menor qualificação e um número bem menor de técnicos com maior qualificação específica e um número menor ainda que realizam atividade de supervisão e gestão.

Isto vale para os diversos modelos produtivos: manufatura (na qual indivíduos realizam a mesma tarefa ou a realizam por etapas distintas), fordismo (linha de montagem, que dá escala à produção) e toyotismo (produção sob demanda no prazo certo). Mas estes modelos coexistem com a produção artesanal (individual e coletiva).

Os modelos de produção não se aplicam apenas a fábricas, se espalham por todos os setores econômicos, onde podem atuar os(as) trabalhadores(as) individuais autônomos(as), os(as) familiares, os(as) cooperados(as) e assalariados(as), muitas vezes no mesmo espaço ou nas suas proximidades.

No setor de serviços, podemos observar os princípios do fordismo nas lanchonetes fast food (lanches padronizados produzidos rapidamente em sequência), enquanto elementos do toyotismo podem ser encontrados nos restaurantes a quilo, pois a clientela monta o próprio prato, a seu gosto. Os processos de trabalho na agricultura familiar merecem atenção, porque nela a tradição patriarcal e a divisão sexual do trabalho é mais evidente, com a mulher executando tarefas domésticas que não são entendidas como “trabalho”, e por isso desvalorizadas.

O advento do trabalho digital, por plataforma, e o uso cada vez mais intenso da inteligência artificial (IA) aponta novos desafios, com a possibilidade de automação de tarefas repetidas, exatamente aquelas que são hoje ocupadas por pessoas consideradas “menos qualificadas”.

Como já foi dito, nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, convivem tanto as heranças históricas de exploração quanto as transformações recentes impostas pela reestruturação produtiva global. O agronegócio moderno impõe novas formas de organização baseadas em alta mecanização e precarização das relações de trabalho, substituindo mão de obra permanente por contratos temporários.

Nas cidades, a informalidade e a terceirização fragmentam os processos produtivos, dificultando a organização coletiva dos(as) trabalhadores(as).

Já a organização social do trabalho diz respeito às relações entre classes, gêneros, raças e gerações no Mundo do Trabalho. No Norte e Nordeste, essas relações são profundamente marcadas por desigualdades estruturais. As mulheres, por exemplo, estão concentradas em trabalhos precarizados e desvalorizados, como o emprego doméstico e a agricultura de subsistência, enquanto os homens predominam em setores como construção civil e transporte. As populações negra e indígena enfrentam barreiras adicionais no acesso a empregos formais e melhores salários. Os jovens já adentram o Mundo do Trabalho pela informalidade, muitas vezes travestida de “empreendedorismo”, enquanto idosos(as), aposentados(as) a partir de empregos formais, que voltam a trabalhar na informalidade para complementar a renda, sendo que, muitas pessoas idosas nunca vivenciaram o emprego formal. Essas divisões não são naturais, mas decorrentes de um sistema que se beneficia da fragmentação das classes trabalhadoras.

A compreensão crítica dessas dinâmicas é fundamental para educadores(as) de EJA, pois permite desnaturalizar as condições de exploração e identificar os mecanismos que perpetuam a desigualdade. Ao discutir com a turma educanda como se organiza o trabalho em suas comunidades – quem decide, quem se beneficia, quem é excluído(a) – podemos contribuir para a consciência sobre os direitos violados e as possibilidades de ação coletiva. A organização sindical, as cooperativas e os movimentos sociais aparecem como alternativas para enfrentar essa realidade, construindo formas mais democráticas e justas de organização do trabalho.

Processo de trabalho: conceito e características no capitalismo

- Estruturação das atividades com base na divisão entre trabalho manual e intelectual;
- Uso de tecnologias (física e de gestão) cada vez mais avançadas;
- Relações de poder e hierarquia;
- Predomínio de trabalho parcializado;
- Maioria executa tarefas manuais de baixa qualificação, e minoria em funções técnicas e gerenciais.

Modelos de produção e realidade no Norte e Nordeste

- Artesanal/ manufatura (tarefas especializadas) / fordismo (linha de montagem padronizada) / toyotismo (produção flexível sob demanda);
- Os modelos coexistem nos diferentes setores: indústria, serviços e agricultura;
- Agronegócio: mecanização e precarização;
- Cidades: informalidade e terceirização;
- Convivência de modelos arcaicos e modernos.

Organização social do trabalho

- Desigualdades de classe, gênero e raça;
- Mulheres em trabalhos precarizados;
- População negra e indígena com acesso limitado;
- Jovens na informalidade, como “empreendedorismo”.

Nesse contexto, a educação de jovens, adultos(as) e idosos(as) pode ser um espaço privilegiado para problematizar essas questões, vinculando alfabetização à formação política. Os(as) educandos(as) passam a se perceberem como sujeitos históricos capazes de transformar sua realidade. A organização social do trabalho não é imutável. Ela já foi diferente no passado e pode ser transformada no futuro por meio da luta coletiva. Essa perspectiva é essencial para uma alfabetização verdadeiramente emancipatória.

2.3. Direito ao trabalho, ao emprego, à renda e muito mais!

O direito ao trabalho está previsto na Constituição Federal de 1988 como um dos pilares da cidadania. Porém, a lei magna não cita apenas o acesso ao emprego, mas prevê também condições dignas, remuneração justa e proteção social. Em outras palavras, o que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) denomina trabalho decente formal, com direitos trabalhistas e seguridade social.

No entanto, a realidade do mercado de trabalho brasileiro, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, apresenta graves violações a esses princípios. A precarização se manifesta através da informalidade (que atinge mais de 50% dos(as) trabalhadores(as) em alguns estados), dos baixos salários, e da flexibilização dos direitos trabalhistas.

Entretanto, há muita, muita resistência, o que nos traz muita, muita esperança!

As quebradeiras de coco babaçu representam um emblemático caso de luta pela emancipação humana na região Norte e Nordeste. Submetidas, historicamente, à subalternidade como mulheres pobres, negras e rurais, elas enfrentam a dupla opressão de gênero e classe. A criação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, nos anos 1990, transformou sua condição, ao conquistar leis que garantem acesso livre aos babaçuais em mais de 20 municípios. Esta vitória política, porém, não eliminou a subordinação econômica, pois ainda sofrem com a exploração por intermediários na comercialização. Sua luta atual por cooperativas autônomas exemplifica a busca pela emancipação integral, combinando reconhecimento jurídico com autonomia econômica.

No litoral da Bahia e do Ceará, comunidades pesqueiras tradicionais enfrentam a ameaça de grandes empreendimentos turísticos e industriais que restringem seu território de trabalho. Apesar de reconhecidos formalmente como povos tradicionais (emancipação política), sofrem com a degradação ambiental que compromete sua reprodução material (emancipação humana). A criação de reservas extrativistas marinhas e a organização em colônias de pescadores têm sido estratégias importantes para garantir tanto seus direitos formais quanto as condições materiais de existência, demonstrando a necessidade de articular ambas as dimensões da emancipação.

O ciclo da borracha na Amazônia criou uma das mais brutais formas de subalternidade no Norte brasileiro, com seringueiros(as) submetidos(as) a relações análogas à escravidão. A atuação de líderes, como Chico Mendes nos anos 1980, transformou essa realidade ao articular a luta pela terra com a defesa da floresta, criando as reservas extrativistas. Este movimento mostrou como a organização coletiva pode converter saberes tradicionais em instrumentos de emancipação política e econômica. No entanto, os desafios atuais da comercialização justa dos produtos florestais revelam os limites da emancipação quando não acompanhada de transformações nos circuitos de circulação capitalista.

Nas capitais nordestinas, como Recife e Salvador, as trabalhadoras domésticas - em sua maioria mulheres negras - exemplificam a interseccionalidade da subalternidade. Apesar da conquista da PEC das Domésticas em 2013 (emancipação política), muitas continuam enfrentando jornadas exaustivas, assédio e salários baixos (falta de emancipação humana). Sua organização em associações e a participação em cursos de qualificação social e profissional promovidos por sindicatos têm sido caminhos para construir consciência de classe e gênero, demonstrando como a educação crítica pode ser instrumento de emancipação integral.

No sertão nordestino, agricultores(as) familiares vivem a contradição entre o reconhecimento formal de seus direitos pela política agrícola e a dificuldade de acesso à terra, água e aos mercados. A experiência da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) com as cisternas de placas mostra como a combinação entre tecnologias sociais apropriadas e organização comunitária pode criar caminhos de emancipação humana, transformando a relação com o ambiente semiárido. No entanto, a dependência de políticas públicas oscilantes revela os limites desta emancipação num contexto de manutenção das estruturas fundiárias concentradas.

Porém, conquistar o direito ao trabalho, ao emprego e à renda é um grande avanço. A luta dos grupos subalternos quer muito mais: saúde, educação, terra, participação em políticas públicas e a eliminação definitiva dos entraves que dificultam a vida do povo que vive do seu trabalho.

Direito ao trabalho e realidade do mercado de trabalho no Norte e Nordeste

- Pilar da cidadania (art. 6º e 7º da CF/88): acesso a emprego, condições dignas, remuneração justa e proteção social (“trabalho decente”);
- Violações sistemáticas aos princípios constitucionais;
- Alta informalidade: mais de 50% em alguns estados; baixos salários e flexibilização de direitos.

Resistência e luta por direitos: lições das experiências

- Necessidade de combinar emancipação política e humana;
- Conflito entre reconhecimento formal e condições materiais;
- Persistência de desafios estruturais (acesso a mercados, concentração fundiária);
- Importância da organização coletiva e comunitária;
- Limitações pela dependência de políticas públicas;
- Papel estratégico da educação crítica e libertadora.

Para os(as) educadores(as) de EJA, é fundamental abordar esses temas considerando três dimensões interligadas:

- i. o trabalho como direito social fundamental;
- ii. os mecanismos de proteção existentes (como a CLT, acordos coletivos, demarcação e titulação de terras, leis específicas);
- iii. as estratégias de organização e resistência dos(as) trabalhadores(as).

A alfabetização pode ser um instrumento poderoso para o exercício pleno da cidadania no Mundo do Trabalho, permitindo que os(as) educandos(as) compreendam seus direitos, acessem informações sobre políticas públicas de geração de emprego e renda, e participem ativamente de organizações sindicais e associações que lutam por melhores condições de vida e trabalho.

2.4. Como podemos fazer?

1. Por que partir das realidades socioeconômicas regionais e locais para analisar o trabalho?

Compreender as particularidades do trabalho no Norte e Nordeste permite desconstruir estereótipos e valorizar os saberes locais. As regiões não se resumem a atraso e pobreza: possuem economia dinâmica (agropecuária, extrativismo, indústria, serviços) com contradições específicas. Partir dessa realidade, em cada local, ajuda os educandos e as educandas a se reconhecerem como parte ativa do desenvolvimento regional, identificando tanto formas de exploração quanto alternativas de organização coletiva.

2. Como o processo de trabalho e a organização social do trabalho regional e local podem ser eixos geradores de aprendizagens?

A compreensão dos saberes e das habilidades envolvidas no trabalho e sua valorização fortalecem a identidade e contribuem para a valorização do trabalho doméstico ou daqueles trabalhos considerados menos qualificados. Já a compreensão da organização social do trabalho contribui para a consciência dos direitos. O tema permite articular: geografia econômica, como as cadeias produtivas locais, do açaí no Pará à fruticultura no Vale do São Francisco; história social (formas atuais de trabalho com heranças coloniais, como escravidão e latifúndio); direitos sociais e trabalhistas: CLT, convenções coletivas, trabalho precário, trabalho escravo e infantil, grilagem de terras, desmatamento desenfreado e outras violações recorrentes na região.

3. Da exploração à resistência e a transformação da realidade

Tripalium: nas regiões persistem relações análogas à escravidão e o trabalho infantil (exemplo: carvoarias do Maranhão) e forte precarização do trabalho (exemplo: costureiras do Ceará e o trabalho por aplicativo nas grandes cidades). Outras formas locais de exploração podem ser trabalhadas.

Poiésis, Ubuntu e Moty'rô: diversas experiências históricas podem ser lembradas (Canudos, Cabanagem) e iniciativas mais recentes de ação coletivas (“empate” nos seringais do Acre, cooperativas de quebradeiras de coco, sindicatos, associações de pescadores). Essa abordagem contribui para superar a visão do Norte e Nordeste como “passivos” ou “coitados”, destacando suas estratégias de luta.

2.5. Sugestão de atividade: “Nosso trabalho na região”

- Pesquisa oral sobre as profissões dos(as) filhos(as) e sobrinhos(as) dos(as) educandos(as). Caso sejam crianças, pedir para falar como imaginam a profissão deles(as) no futuro.
- Construção de um mapa do trabalho local e suas lutas, com ícones para atividades rurais/urbanas, formais/informais, sindicatos, associações, cooperativas etc.
- Dramatização de situações cotidianas dos diferentes locais de trabalho (ex.: um dia de trabalho na roça, na fábrica, de venda na rua).
- Rodas de conversa sobre experiências locais de resistência ajudam a despertar a memória coletiva.
- Elaboração coletiva de uma “Carta de Direitos” com reivindicações para melhorar as condições de trabalho na comunidade.

2.6. Sua vez, educador(a)!

Como você adaptaria essas propostas para a realidade de seus(suas) educandos(as)?
Que outros exemplos regionais e locais poderiam ser trabalhados?

Sugestões para você!

1. Parta da realidade local. Exemplo: utilize saberes comunitários (extrativismo, agricultura familiar, pesca artesanal) como base para atividades de leitura e escrita.
2. Adote a abordagem da educação popular. Exemplo: transforme palavras geradoras (ex.: “açai”, “roça”, “ribeiro”) em instrumentos de alfabetização crítica.
3. Pense em espaços alternativos, além da sala de aula, ampliando a visão e leitura do mundo, se possível alternando entre locais conhecidos (a comunidade) e desconhecidos (locais históricos nunca frequentados).
4. Integre EJA e educação profissional. Exemplo: associe alfabetização a ofícios locais (artesanato, agroecologia) para estimular a continuidade de estudos.
5. Valorize saberes ancestrais. Exemplo: inclua narrativas orais sobre técnicas de culinária e medicina tradicional nas atividades.
6. Atenda as diversidades: Exemplo: utilize materiais adaptados para idosos(as) e pessoas com deficiência.
7. Enfrente desigualdades de gênero e raça. Exemplo: debata a divisão sexual do trabalho, o racismo e valorize o papel das mulheres e das pessoas negras na economia local.
8. Fortaleça redes colaborativas. Exemplo: articule-se com movimentos sociais (MIQCB, colônias de pescadores) para construir materiais contextualizados.
9. Use tecnologias sociais. Exemplo: aproveite metodologias como cisternas de placa (ASA) para aulas de matemática e ecologia.
10. Participe das atividades de formação continuada, afinal, somos seres incompletos e inacabados.
11. Ao sistematizar suas práticas e vivências, faça autoavaliação, tendo o cuidado de não ser nem condescendente, nem rigoroso(a) demais consigo mesmo(a).

3. Indicação de mídias vinculadas ao mundo do trabalho

VÍDEOS CURTOS NO YOUTUBE

Ninguém Come Carvão

Quebradeiras de coco-babaçu, as guardiãs da natureza

Oxfam Brasil: Juventudes, Raça e Gênero

MÚSICAS (SPOTIFY)

“Trabalho Dobrado”. MC VINY QJP

Canto do Trabalhador. JOÃO NOGUEIRA

“Canto das Três Raças”. CLARA NUNES

“Construção”. CHICO BUARQUE

4. Referências

CALDART, R.S; PEREIRA, I.B.; ALETEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

Recomenda-se a leitura dos seguintes verbetes:

- Agricultura familiar 32 Idosos do campo, pág. 403; Juventude do campo, pág. 437; Povos e comunidades tradicionais, pág. 594; Povos indígenas, pág. 600; Quilombolas, pág. 645.
- Capital, pág. 121.
- Conflitos no campo, pág. 141; Repressão aos movimentos sociais, pág. 673; Articulações em defesa da Reforma Agrária, pág. 103.
- Conhecimento, pág. 149; Trabalho como princípio educativo, pág. 748.
- Cultura camponesa, pág. 178.
- Desenvolvimento sustentável, pág. 204; Território camponês, pág. 744.
- Direito à educação, pág. 215; Direitos humanos, pág. 223; Diversidade, 229.
- Educação popular, pág. 280; Educação profissional, pág. 286. Emancipação versus cidadania, pág. 299; Educação de jovens e adultos (EJA), pág. 250; Educação do Campo, pág. 257.
- Pedagogia do movimento, pág. 546; Pedagogia do Oprimido, pág. 553; Pedagogia socialista, pág. 561.
- Sujeitos coletivos de direitos, pág. 724; Sindicalismo rural. pág. 704, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pág. 496.

ALVES, Francisca Elenir. **Entre saberes e sabores**. Salvador: EDUNEB, 2013.

ANTUNES, A.; PADILHA, P. R. **Educação cidadã e educação integral**: fundamentos e práticas. São Paulo: Editora e Livraria do Instituto Paulo Freire, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar o que dizer. São Paulo: EDUSP, 1998.

BROSE, Markus. **Metodologia participativa**: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: UNESP, 2018.

DRUCK, Graça; FRANCO, Tania (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [s.d.].

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 2013.

GIROUX, Henry. **Pedagogia e política da esperança**: teoria, cultura e ensino. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1997.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LIMA, Antônio Almerico Biondi (Org.). **Educação popular na Amazônia**: as experiências da CUT em qualificação profissional. São Paulo: CUT Brasil, 2001.

MACHADO, M. M.; MAIA, J. C. A. (Orgs.). **Antonio Gramsci**: escritos sobre escola e educação de trabalhadores (1916-1922). Marília: Lutas Anticapital, 2024.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**: elementos para a Teoria da Mais-Valia. São Paulo: Edipro, 2020.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **O Nordeste nos tempos das políticas neodesenvolvimentistas**. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; RODGERS, Gerry (Orgs.). Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil. São Paulo: Annablume, 2021. p. [s.p.].

ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia**: ciência e política. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2018. (Original publicado em 1988).



ALFA-EJA
Brasil

Realização



**INSTITUTO
PAULO FREIRE**
Instituto de Educação e
Direitos Humanos Paulo Freire

Parceria



PETROBRAS